

SAÚDE

Hospital já realizou mais de 300 ressonâncias

Além dos exames de ressonância, também foram realizadas 2.405 atendimentos em diversas especialidades

De março a maio, já foram realizados no Hospital Regional de Piracicaba Dra. Zilda Arns cerca de 2.405 atendimentos clínicos nas especialidades de otorrino, oftalmologia, ortopedia, cirurgia geral, cardiologia e consultas pré-anestésicas. Com a entrada em operação do aparelho de ressonância magnética no início de maio, já foram realizados também aproximadamente 310 exames de imagem, fundamentais para a complementação diagnóstica e preparação de cirurgias de maior complexidade.

As cirurgias de maior complexidade, por sua vez, estão previstas para começar em junho, conforme o planejamento da unidade. O desempenho do HR tem evoluído gradativamente, seguindo cronograma definido para os seus primeiros anos de atividade.

O secretário municipal de Saúde, dr. Pedro Mello, comentou que "colocar um hospital em funcionamento não é tarefa simples. Requer muita competência em gestão e uma equipe de profissionais qualificados. O Hospital Regional de Piracicaba conta com esses quesitos, devido à parceria que o governo do Estado estabeleceu com a **Universidade de Campinas (Unicamp)**, uma instituição de competência inquestionável no campo da saúde".

Pedro também destacou que

o HR foi planejado para preencher as lacunas existentes na rede pública de saúde em termos de serviços especializados. "Por isso, temos a certeza de que muitos procedimentos cirúrgicos que hoje contam com baixa oferta, sejam expandidos para atender um público bem maior, reduzindo assim os gargalos do sistema".

Para o prefeito Barjas Negri, um grande projeto se desenvolve passo a passo e o funcionamento do hospital garante mais e melhor atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde). "O Hospital Regional de Piracicaba era um antigo sonho. Por isso, a solidez de seu propósito. Ontem ele não existia. Hoje já começa a oferecer vários serviços, que se expandirão até chegar a sua capacidade máxima de atendimento. Toda a região está sendo beneficiada e esse benefício ficará ainda mais evidente em breve com o avanço dos serviços mais complexos, que exigem mais tempo para sua estruturação", concluiu.

A expectativa é que, a partir do início do ano que vem, o HR esteja em sua capacidade plena para a realização de cirurgias em outras especialidades como ginecologia, buco-maxilo, urologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, ortopedia, cirurgia geral e cardiologia.



Aparelho de ressonância magnética foi instalado em maio

Trevisan solicita abertura de comissão

O vereador Laércio Trevisan Jr. (PR) quer o apoio dos colegas parlamentares para a criação, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, de uma comissão de estudos para avaliar a saúde pública do município. Na segunda (4), ele protocolou projeto de resolução, que terá entrada na 32ª reunião ordinária e seguirá para análise das comissões da Casa para depois seguir para análise do plenário.

A intenção de Trevisan é analisar os possíveis problemas de gestão operacional e administrativo da saúde. Ele toma como base a resposta da prefeitura a dois requerimentos de sua autoria, que atestam a redução de 34 leitos em um período de quase quatro anos: em 20 de setembro de 2013, a Secretaria de Saúde informou a existência de 409 leitos pelo SUS (Sistema Único de Saúde), enquanto em 24 de abril do ano passado o número era de 375.

O parlamentar faz um comparativo, a partir do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de que a população na

cidade era de 364.571 habitantes em 2010, enquanto a contagem de 2017 estimou 397.322 moradores (crescimento de 32.751 habitantes).

Por ter optado pela apresentação de um projeto de resolução, Trevisan precisará da aprovação da maioria simples do plenário, ou seja, na hipótese de presença dos 23 parlamentares em sessão 12 devem ser favoráveis. O quórum mínimo para a aprovação de um projeto é de oito vereadores. Em uma hipótese como esta, seriam cinco votos em favor.

"Acredito, sobretudo, que os vereadores tomarão as devidas providências e serão pela aprovação. Diante de dados como estes, a bancada de base do prefeito não pode se omitir, se levar em conta o princípio da impessoalidade que deve nortear a administração pública", diz o vereador.

Se aprovada em plenário e após a nomeação dos membros pelo presidente da Câmara, a comissão de estudos terá até 120 dias para apresentar os resultados. O prazo pode ser prorrogado por igual período, caso necessário.